



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681256 - SC (2021/0225668-0)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : RAFAEL GYRAO GOES
ADVOGADO : RAFAEL GYRÃO GOÊS - SC031968
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : LUCIANO CLARINDO
CORRÉU : JAYSON GERMANO DE OLIVEIRA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de LUCIANO CLARINDO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA (00006809820138240029).

O paciente foi julgado por infringência ao previsto no art. 33, *caput* da Lei n. 11.343/2006, sendo, ao final, condenado à pena de 5 anos, 5 meses e 2 dias de reclusão.

O impetrante sustenta que há ilegalidade manifesta na sentença, que foi mantida em segundo grau, quanto à não aplicação do art. 33, § 4º, da Lei n. 11343/2006 (tráfico privilegiado), além da majoração em 1/6 da pena base, e quanto ao regime prisional fechado imposto para o caso. Alega que no caso há possibilidade de concessão da ordem de ofício e que para isso o paciente cumpre os requisitos legais, atinentes à primariedade/reincidência e aos bons antecedentes. Defende que não se dedica às atividades criminosas, não integra organização criminosa, possui trabalho lícito, conduta social responsável e tem boa índole.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que haja o julgamento do mérito, de forma com que seja determinado que se proceda à nova dosimetria da pena e afastada a majoração da pena-base, bem como modificado o regime prisional para regime aberto ou, subsidiariamente, para regime semiaberto.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da

impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente